

**A COMUNIDADE BOA ESPERANÇA, ALTAMIRA-PA:
interpretações da ordem global no lugar**

**THE COMMUNITY BOA ESPERANÇA, ALTAMIRA-PA: interpretations of the
global order in place**

**LA COMUNIDAD BOA ESPERANÇA, ALTAMIRA-PA: interpretaciones del
orden global en sitio**

José Antônio Herrera

Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/FacGeo/UFPA.
herrera@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0001-8249-5024>

Barbara Eleonora Santos Teixeira

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/UFPA.
barbara.teixeira.ufpa@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-3650-6682>

Luiz Carlos Bastos Santos

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/UFPA. Professor da Faculdade de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Pará – FEF/UFPA.
luizcarlosbastossantos@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-1194-7980>

Recebido para avaliação em 01/07/2019; Aceito para publicação em 18/08/2019.

RESUMO

O objetivo neste artigo é discutir acerca das transformações socioespaciais ocasionadas na Comunidade de Boa Esperança pelas dinâmicas globais que refletem na organização do lugar. A comunidade é formada por um conjunto de ilhas a montante do reservatório estabelecido no rio Xingu, com a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. No escopo do texto apresentam-se os processos desencadeados pela dinâmica do espaço global na dimensão do lugar e evidencia as relações do cotidiano e as disputas de forças estabelecidas devido às transformações ocorridas no lugar. Como procedimentos de pesquisa foram realizadas entrevistas e produção de croqui, buscando compreender os processos cognitivos centrados nas relações dos sujeitos com o lugar de morada.

Palavras-chave: Amazônia; UHE-Belo Monte; Pescadores-ribeirinhos.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss about the socio-spatial transformations caused in the Community of Good Hope by the global dynamics that reflect in the organization of the place. The community is formed by a set of islands upstream of the reservoir established on the Xingu River with the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. In the scope of the text, the processes triggered by the dynamics of the global space in the dimension of the place are presented and evidence the relations of daily life and the disputes of forces established due to the transformations that occurred in the place. As research procedures, interviews and sketch

production were conducted, seeking to understand the cognitive processes centered on the subjects' relationships with the place of address.

Keywords: Amazon; UHE-Belo Monte; Riverside fishermen.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir sobre las transformaciones socioespaciales causadas en la Comunidad Boa Esperança por la dinámica global que se refleja en la organización del lugar. La comunidad está formada por un conjunto de islas aguas arriba del embalse establecido en el río Xingu con la construcción de la Usina Hidroeléctrica Belo Monte. En el ámbito del texto, se presentan los procesos desencadenados por la dinámica del espacio global en la dimensión del lugar y evidencian las relaciones de la vida cotidiana y las disputas de fuerzas establecidas debido a las transformaciones que se produjeron en el lugar. A medida que se llevaron a cabo procedimientos de investigación, entrevistas y producción de bocetos, buscando entender los procesos cognitivos centrados en las relaciones de los sujetos con el lugar de dirección.

Palabras clave: Amazon; UHE-Belo Monte; Pescadores de la orilla.

INTRODUÇÃO

A dinâmica do capital global intensifica a pressão por matéria-prima nos diversos espaços mundiais. Na Amazônia, não tem sido diferente, sobremaneira nas últimas décadas com a implementação da política energética adotada pelo Estado brasileiro, a qual prioriza o aproveitamento hídrico com o barramento dos rios para geração de energia. Nesta perspectiva, as construções de usinas na região Amazônica são justificadas pelos empreendedores devido ao baixo custo e principalmente pela disponibilidade dos recursos.

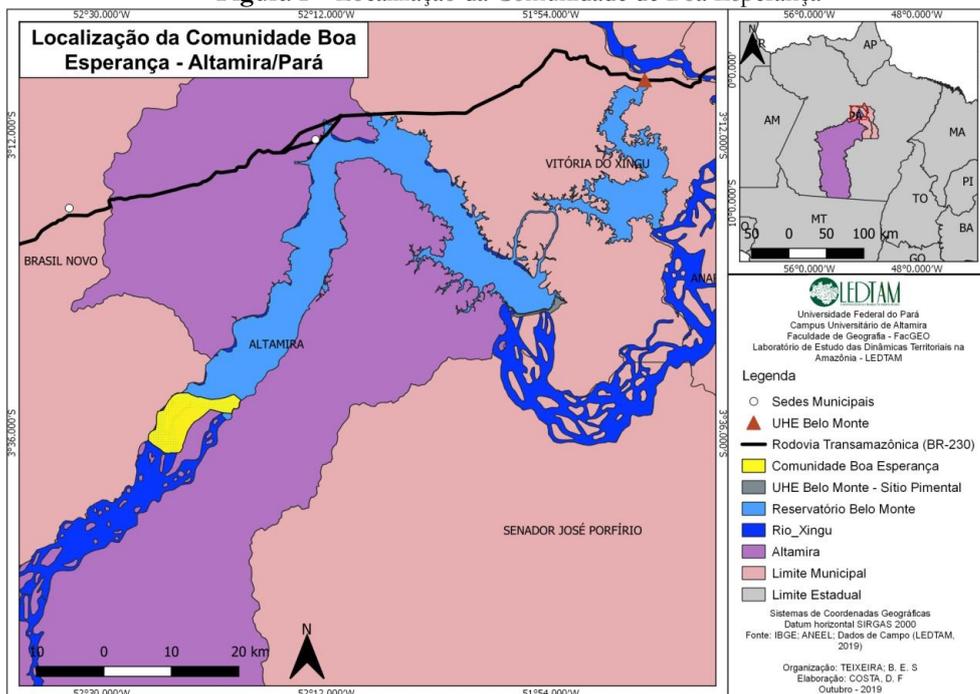
De acordo Kohlhepp (2002), a Amazônia enfrenta processos de crescimento econômico por meio de propostas elaboradas, sobretudo, por representantes do Poder Político para ser incorporada à lógica capitalista. Para Ferreira e Salati (2005), isso condicionou a Amazônia como produto das interações entre a sociedade e a natureza determinado por um modelo exógeno de exploração dos recursos naturais. Moreira e Herrera (2013, p. 1323) ao concordar com os referidos autores afirmam que “a diversidade das transformações no território é resultante da expansão capitalista na Amazônia, que acontece condicionada pelos agentes externos [...] alterando as dinâmicas do território e as relações socioeconômicas locais”.

Com a evolução das técnicas e a velocidade das atividades tornam-se cada vez mais intensas a procura por matéria-prima, atingindo de forma mais agressiva os lugares, fato vivenciado com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE-Belo Monte), na Volta Grande do Xingu, Região de Integração do Xingu (RIX) no estado Pará. Para o empreendedor, as comunidades ribeirinhas impactadas são aquelas que estão a montante do barramento, na área do reservatório.

Contrariando essa delimitação foi percebido em pesquisa que os impactos gerados também são vividos por comunidades na região “sequeira”, área a jusante ao barramento, denominado Trecho de Vazão Reduzida (TVR) devido à redução de quase 80% da água por conta da magnitude da intervenção no corredor fluvial com a construção e operação da UHE Belo Monte (DE PAULA; LOBATO, 2020, p. 663).

Outras comunidades acima do reservatório, do limite estabelecido pelo empreendedor com o término do lago da Hidrelétrica, também estão vivenciando impactos ambientais, sociais e econômicos em função das mudanças ocorridas no rio após o barramento, apesar disso o empreendedor não reconhece os problemas acarretados no cotidiano das famílias que historicamente dependiam do rio. Nesta situação, encontra-se a Comunidade de Boa Esperança, comunidade ribeirinha formada por um conjunto de ilhas a montante do reservatório da UHE de Belo Monte do rio Xingu (Figura 1) que, ao longo dos anos, passa por transformações socioespaciais ocasionadas pelas dinâmicas globais que refletem na organização do lugar.

Figura 1 – Localização da Comunidade de Boa Esperança



A comunidade de Boa Esperança sofre transformações, ao longo do tempo, em função de tomadas de decisões e de ações exógenas, desconsiderando as demandas e os limites locais. Recentemente, as alterações foram intensificadas com a construção da UHE-Belo Monte, e, por isso, apresenta-se no escopo deste texto a discussão acerca do lugar como condição e suporte das relações globais, entendendo a comunidade *locus* das transformações ocorridas no global que condicionaram as mudanças ao longo do tempo

nas ilhas em função do uso e do controle das águas do rio Xingu para geração de energia.

Em decorrência das recentes mudanças ocasionadas pelo barramento do rio Xingu, as famílias que vivem nas ilhas próximas ao lago da hidrelétrica questionam junto ao órgão licenciado (IBAMA) e à concessionária (Norte Energia S.A) sobre a zona de impacto da UHE de Belo Monte, pois para as famílias (que não foram consideradas atingidas) a UHE impactou suas atividades cotidianas e de produção, implicando na perda de renda, principalmente devido à redução do pescado na região. Soma-se a isso a mudança percebida na qualidade da água, aumento da turbidez devido a carga de sedimentos decantados no rio, formando grandes áreas de pântanos no verão amazônico (de junho a novembro), o que deixa a água imprópria para o consumo em alguns trechos dos paraná-mirins¹ que se entrelaçam entre as ilhas no verão amazônico.

Inicialmente, questiona-se quais as verticalidades que influenciaram na dinâmica do lugar, destacando o evento mais recente, a UHE de Belo Monte, de transformação das estruturas naturais, econômicas e sociais ocorridas na comunidade. No segundo momento, aponta-se para as disputas de forças que tem como base o concebido, ou seja, as relações que se constituem no lugar advindo do cotidiano partilhado, ocasionando ou não a horizontalidade.

Reconhecendo as relações de pertencimento dos ribeirinhos com as ilhas, suas familiaridades e as práticas do cotidiano, tem-se como objetivo entender as transformações socioespaciais ocorridas no lugar. Para tanto, o estudo fundamenta-se na inter-relação dos fenômenos do todo com as partes e vice-versa, na mediação do homem-natureza, estabelecendo uma leitura das relações entre o global e o local como manifestação dos macroprocessos econômicos no sentido global de lugar.

Entende-se que o lugar é definido pelas relações que mantém com a exterioridade, com as dinâmicas do capital agroenergético de gênese neodesenvolvimentista, estabelecidas em ordem global e local, com efeitos diretos sobre as populações das ilhas ao longo do rio Xingu, assim, o Lugar não pode ser analisado como único e exclusivo resultado dos processos internos/inerentes à comunidade. Nesta perspectiva, adotaram-se procedimentos metodológicos capazes de interpretar a realidade da comunidade de Boa Esperança com base em entrevistas, produção de croquis e nos processos cognitivos centrados nas relações dos sujeitos com o lugar de morada. Após as entrevistas e demais observações de campo

¹ Segundo Andrade (1956), paraná-mirim é o braço do rio que contorna ilhas fluviais, termo tem origem aborígene que corresponde a braço do rio para paraná, e mirim corresponde não somente a pequeno, mas também à porção do rio que deriva do leito principal. Neste sentido, o autor aponta que paraná-mirim se distingue completamente de furo porque envolve sempre o leito principal de onde se engalhou e permite a navegação, sendo uma porção estreita do braço do rio. Já o furo é a comunicação natural entre dois rios e uma lagoa (ANDRADE, 1956, p. 5).

foram necessárias investigações teóricas que permitissem uma interpretação integradora da complexidade percebida, sobremaneira quanto aos aspectos sociais e econômicos alterados em função das mudanças na geomorfologia fluvial do rio.

O artigo está organizado de modo a apresentar os processos desencadeados pela dinâmica do espaço global na dimensão do lugar e evidenciar as relações do cotidiano e as disputas de forças estabelecidas devido às transformações ocorridas no lugar.

COMUNIDADE BOA ESPERANÇAS E OS MACROPROCESSOS DO CAPITAL GLOBAL

O Lugar, segundo Massey (2000), tem seu sentido estabelecido a partir de um conjunto particular de relações sociais que se encontram e se constroem em escala muito maior e que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, integrando o global e o local, portanto, o lugar não tem sentido apenas na sua história internalizada. Para a referida autora, os lugares possuem identidades múltiplas, podem ser fontes de riqueza ou de conflito.

Deste modo, compreende-se que o lugar é um eixo de sucessões que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos que tem base na coexistência da realidade do espaço e do tempo (SANTOS, 2014), e por isso, não pode se prender a uma interpretação com base localista ao estudar o lugar. Nesta perspectiva, buscou-se compreender a formação da comunidade Boa Esperança, não como contexto histórico específico, mas a partir de um acúmulo de tempos, onde a sociedade e a natureza fazem parte da mesma dinâmica de formação socioespacial do lugar.

Na comunidade de Boa Esperança, o arranjo do lugar caracteriza-se pela dinâmica econômica e pela geomorfologia fluvial da região. Todos esses processos se manifestam no lugar, que tem na vida comum à própria expressão de mundo, mas também das relações que se desenvolvem no cotidiano dos sujeitos com suas experiências e vivências do lugar.

Santos (2014) assevera que o lugar é um cotidiano:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2014, p. 322).

Nestes termos, o lugar é o cotidiano compartilhado pelas mais diversas pessoas, firmas e instituições na coabitação da vida comum, e é a partir da ação de cada agente especializado que se constituem as peculiaridades do lugar, pois suas individualizações imprimem atributos dos seus referidos processos mundializados, mas também das relações que são pertencentes à contiguidade, à solidariedade, aos laços culturais e, por conseguinte, à identidade.

As ilhas que formam a comunidade de Boa Esperança estão marcadas por processos que influenciam a sua ocupação desde os primeiros ciclos da borracha (1879-1912 e 1942-1945) até o mais recente evento, o barramento do rio Xingu em 2016, para a construção da UHE de Belo Monte. De acordo com os pescadores-ribeirinhos das ilhas, a ocupação mais significativa ocorreu com a chegada dos primeiros seringueiros (1879), no entanto, é preciso destacar que a ocupação das margens do rio Xingu é anterior à chegada dos jesuítas na Amazônia.

O processo de ocupação do rio Xingu precede à entrada dos portugueses na região (ALVES et al., 2016). São registradas a existência de outros povos na região do Xingu, pelo menos, desde o século XI, sendo as missões jesuítas registradas somente no século XVII. Neste texto, especificamente, o recorte temporal é marcado pelo processo de ocupação mais recente das ilhas; antes da chegada dos seringueiros a ocupação se dava somente nas margens do rio. O fragmento de entrevista a seguir do pescador-ribeirinho possibilita entender um pouco do conflito existente nas ocupações das ilhas da comunidade.

O meu pai veio no tempo do soldado da borracha pra cá, meu pai é do Nordeste, do Maranhão. Aí ele veio com 20 anos aqui pro rio Xingu, veio como soldado da borracha, aí conheceu minha mãe aqui, que é rio-grandense. Meu pai veio em 1917, minha mãe já estava aqui, eu não sei a data que ela chegou né!? Mas ela chegou criancinha aqui... mas eles vieram por causa da colheita da borracha, porque aqui tinha os patrão forte e eles iam pegar gente lá fora para cortar seringa aqui, só que naquela época era muito perigoso, índio para todo o canto (...), hoje não... hoje nós temos um lado muito bom, que o índio ficou sossegado, se domesticou, mas hoje há outro pior que o índio, que é o ladrão, né? Que se nós bobear ele rouba tudo da gente. Então, tudo que tem um lado bom, tem um lado ruim também. Quando nós chegemo, fomos logo morar nas ilhas, nós não podia morar na terra por causa dos índios. Meu pai mesmo colocou uma roça na terra e ele tinha que colocar minha mãe vigiando, naquele tempo tinha que usar uma carabina, porque sumia muito seringueiro, os índios pegavam e matavam. Aí, meu pai ia lá plantar e minha mãe ficava vigiando. Então, na terra, ninguém podia morar, e mesmo nas ilhas às vezes eles atacavam. Minha mãe uma vez ficou sozinha porque meu pai veio na cidade comprar um rancho, e quando foi à noite os índios vieram cercar o barraco, remedando os pássaros... jacamim, que é pássaro que só tem na mata, remedava porcão, rondando a casa, e ela com dois irmãos meus pequenos (Pescador-ribeirinho).

Nota-se no relato o conflito durante a ocupação das ilhas. Esse registro também foi

feito por Marin (2010, p. 17), ao assumir em seu estudo: “no final do século XIX, várias guerras foram travadas por seringalistas contra os indígenas; para isso organizavam os trabalhadores para atacar e combatê-los”. Esses embates condicionaram as populações não indígenas a ocuparem as ilhas como estratégia de defesa, já que na floresta os indígenas detinham maior conhecimento do território.

A ocupação das ilhas foi influenciada diretamente pela economia externa, demanda por matéria-prima, na fabricação de pneus, para a produção de automóveis, que durante um bom período teve a Amazônia como principal fonte desse recurso. Os migrantes que ocuparam as ilhas no vale do Xingu desenvolveram a agricultura e o extrativismo, formas tradicionais da economia de subsistência das famílias na Amazônia. Com o declínio da borracha em 1912, a pesca passa a ser uma das principais atividades dessas famílias, que viviam da extração da seringa no verão amazônico e da coleta da castanha no inverno amazônico.

Com a redução da compra do látex e o esgotamento do regime de aviamento, as populações ribeirinhas passaram a ter maior autonomia, como destacam Alves et al. (2016 p. 203).

O declínio da economia da borracha, na segunda metade do século XX, correlacionado ao esgotamento do regime de aviamento possibilita à população extrativista, em sua maioria ocupante de beiras e ilhas do rio, uma relativa autonomia de trabalho associada a uma maior diversificação de suas atividades, voltadas, sobretudo, para seu sustento.

A diversificação das atividades extrativistas aliada à caça ao gato maracajá-açu (*Leopardus pardalis*), a pesca não se constitui, à época, como a principal atividade econômica dos ribeirinhos. Segundo Antunes (2015), o comércio internacional de peles originária da Amazônia toma maior importância durante o século XX, e constitui-se como uma das principais atividades econômicas da região. Sendo que a pele dos gatos maracajá-açu (*Leopardus pardalis*) e maracajá-peludo (*Leopardus wiedii*) e da onça-pintada (*Panthera onca*) possuíam maior valor no mercado internacional, principalmente, pela demanda na utilização de casacos de luxo usados pela alta sociedade e por celebridades, principalmente dos Estados Unidos da América.

A procura por esse tipo de peça demandava uma grande quantidade de pele desses animais, chegando a ser necessárias oito peles de gato maracajá-peludo para fazer um casaco, e de 12 a 14 peles de onça para produzir um casaco ao estilo usado na época (ANTUNES, 2015, p. 183). A caça de animais silvestres na região era importante fonte de renda já que a pele de uma onça pintada era equivalente a um salário mínimo da época, por

exemplo.

Com a Lei da Fauna (nº 5.197, 1967), essa atividade perdurou por mais alguns anos na ilegalidade, mas por volta de 1980 essa prática começou a ser menor, sobretudo pela opinião pública que começa aos poucos condenar essas práticas. “A partir da Rio-92, a opinião pública mundial passou a contemplar a indústria da moda ambientalmente correta” (ANTUNES, 2015, p. 48).

Nas ilhas da comunidade de Boa Esperança, essa prática de caça do gato perdurou até a década de 1980, como relata o casal de pescadores-ribeirinhos de uma das ilhas.

Quando meu pai chegou aqui já tinha seringa, tinha a nativa e tinha a que eles plantavam, mas nas ilhas é natural, na nossa ilha parece que fizeram foi encanterado², tem seringa de mais (...), a minha vó veio do Rio Grande do Norte, ainda pequena, e meu vô veio do Ceará. Vieram tudo na época dessa seringa, aí foram morar no Iriri, e se casaram lá (no rio Iriri), aí nasceu minha mãe em 1930 e meu pai em 1922. Minha mãe nasceu lá no Iriri, mas casou com meu pai já aí no Boa Esperança. Meu pai cortava seringa, mas também caçava o gato, naquele tempo meus irmãos e meu pai iam pro mato, passavam um mês caçando gato, depois ele ia lá de novo (na ilha), depois ele voltava a caçar o gato, e eu e minhas irmãs ficava tirando seringa. No inverno nós trabalhava na castanha, nós limpava as roças, plantava, deixava tudo limpo, quando era mês de março aí a gente já ia limpar as estradas para a seringa. Aí depois proibiram a caça do gato e ficou só a seringa, mas mesmo com a proibição continuava a vender. Aí nos anos 80 não tinha mais a caça, e a seringa caiu... 1980, 1984 porque os patrão foram embora ou já tavam velho. Aí a gente pescava também, e vendia peixe salgado; dos anos 80 pra cá, pesca passou a ser a principal atividade... todo tempo nós pescava, mas trabalhava com outras coisas (casal de pescador-ribeirinho).

Na fala dos entrevistados é possível perceber a organização familiar em função do extrativismo, da agricultura e da caça, as quais eram as funções de cada membro na composição das atividades de subsistência da família. A caça, por exemplo, era própria das funções dos homens e, por conta dessa demanda do mercado global por pele de animais silvestres, as mulheres da casa se encarregavam da extração da seringa, da coleta de castanha e da agricultura, no entanto, com o declínio do comércio de peles os homens retomam a ocupação do extrativismo associado à pesca.

Concomitante a esse período, acontece à abertura da Transamazônica, na década de 1970, cuja intenção é integrar o território nacional para facilitar o desenvolvimento econômico da região amazônica, coadunando com a ideia de que a Amazônia seria um vazio demográfico e significaria a solução para os problemas fundiários vividos na região Sul e Nordeste do Brasil. Com o discurso de “homens sem-terra para uma terra sem homens” foram assentados colonos ao longo da rodovia (BR-230) organizados em agrovilas construídas a cada 10 km, com a missão de transformar as terras em

² Plantados em fila, como se planta uma horta, denominada pelos pescadores-ribeirinho de canteiro.

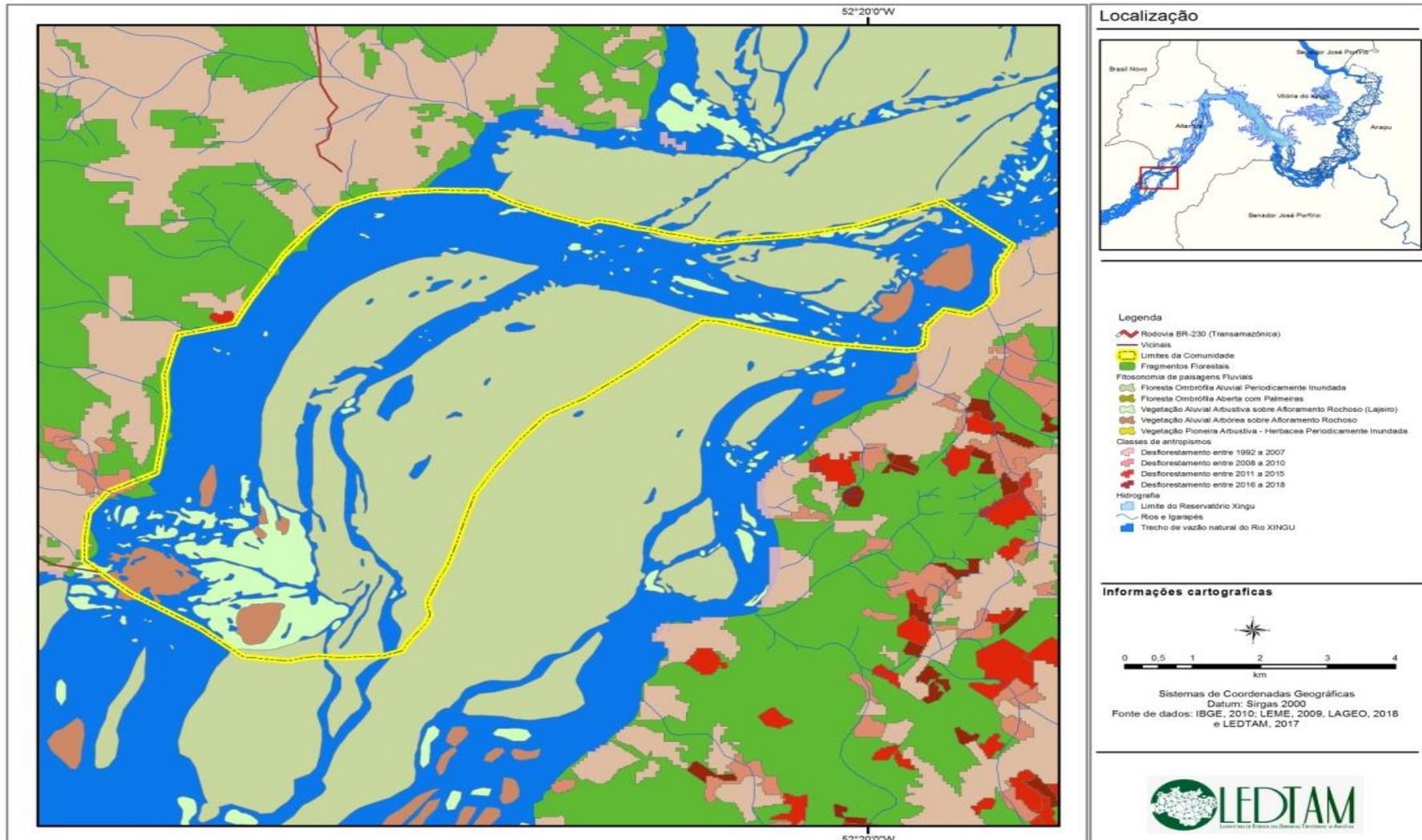
agriculturáveis.

A atividade agrícola foi a principal ação dos colonos recém-chegados, culturas anuais e perenes, para a subsistência e para o mercado. No entanto, devido aos altos custos e ao risco dos colonos abandonarem seus lotes devido à distância e às dificuldades de acesso aos serviços, principalmente pelos que foram assentados em estradas vicinais, o plano de colonização foi abandonado e substituído pelos grandes empreendimentos agropecuários. Nesse sentido, destaca-se o sistema pelo qual os primeiros colonos foram assentados na região.

O sistema de colonização não garantiu serviços básicos que pudessem assegurar o sucesso da ocupação por colonos com lotes de 100 hectares, pois a colonização via pequenos produtores era dispendiosa e de baixa produção. Foi a partir desse contexto que a segunda etapa da colonização produz, nessa lógica, “a concentração de enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada ao mesmo tempo em que concedia incentivos fiscais para que fossem investidos na criação de gado bovino” (PEREIRA, 2014, p. 2).

Na rodovia Transamazônica existem vicinais que estendem até as margens do rio; durante a década de 1980, ocorreram nestas vicinais a concentração de terras, aglutinando áreas planejadas no programa de colonização com tamanho de 400 m x 2.500 m. A formação destas fazendas objetiva a criação de gado, e por isso substituíram a formação vegetal original por pastagem. O desflorestamento é ainda mais intenso na década de 1990, adentrando na floresta e em parte das margens dos igarapés que desembocam no rio Xingu, como destacado na Figura 2.

Figura 2 – Mapa da formação floresta e desflorestamento da Comunidade de Boa Esperança e seu entorno.



Fonte: LEDTAM, 2020.

O desflorestamento da cobertura vegetal próximo às margens do rio tem impactos nas ilhas ao longo do rio Xingu, uma vez que a supressão da cobertura vegetal próxima às vicinais torna o solo mais suscetível à erosão, provocando o assoreamento de córregos, acelerando o processo erosivo e, por conseguinte, elevando a carga de sedimento do rio. No mapa apresentado (Figura 2) é possível perceber a presença de córregos/igarapés em meio às vicinais que são drenados pelo rio Xingu. As ilhas nessas proximidades, como é o caso da comunidade Boa Esperança, recebem naturalmente uma carga sedimentar aluvial, todavia a retirada da cobertura vegetal do seu entorno pode aumentar a carga sedimentar nas paranás-mirins e ilhas próximas a essas ações antrópicas. Devido à velocidade mais elevada, encontrada nas cachoeiras e nas corredeiras do rio Xingu, a carga sedimentar fica em suspensão.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2012), a montante da cidade de Altamira em alguns trechos do rio Xingu a navegação é arriscada pela ocorrência de corredeiras, fazendo com que sejam necessários pilotos acostumados à região. Neste sentido, Cristofolletti (1980) aponta que as partículas, de granulometria reduzida (silte e argila), são tão pequenas que são conservadas em suspensão pelo fluxo turbulento da água e são carregadas na mesma velocidade em que a água caminha, uma vez que a deposição pode ocorrer em trechos muito calmos ou nos lagos.

Nesse sentido, as ilhas que formam a Comunidade de Boa Esperança constituem-se de um terreno que se caracteriza pelo predomínio de feições de sedimentos aluviais de composição variada: argila, silte, areais e cascalhos, com predomínio de sedimentos finos e matéria orgânica nas áreas alagadiças (SEMA-PA, 2013). Devido à velocidade característica do canal anastomosado, as ilhas constituídas em trechos rochosos formam paranás-mirins labirínticos (Figura 3). Entretanto, o canal rochoso, pouco característico na Amazônia, apresenta desníveis altimétricos que tendem a apresentar alto potencial hidrelétrico (SILVA; RODRIGUES, 2011).

Figura 3 – Trecho rochoso de um paraná-mirim do rio Xingu



Fonte: Equipe de pesquisa LEDTAM; TEIXEIRA; ALVES (2019).

É a partir desse potencial que, em 1975, iniciaram-se os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, a então chamada Usina Kararaô, que posteriormente passou a ser denominada de UHE de Belo Monte. Em julho de 2010, a UHE de Belo Monte começou a ser construída nos limites municipais de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. No entanto, o projeto de hidrelétrica previsto anteriormente foi modificado como, por exemplo, na redução da área inundada e na construção de apenas um canal de adução, responsável pelo desvio da água do rio (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

No final de 2014, Belo Monte já estava com 70% das obras concluídas e em 2015 a Licença de Operação – LO foi concedida pelo IBAMA e o enchimento dos reservatórios foram autorizados. A UHE Belo Monte funciona sob o regime de fio d'água que permite uma redução expressiva no tamanho do reservatório, através do nível constante de vazões (BRASIL, 2019). Com o barramento do rio, os ribeirinhos e pescadores a montante do reservatório, como é o caso da Comunidade de Boa Esperança, passaram a perceber mudanças na geomorfologia fluvial dos paranás-mirins onde se localizam as ilhas, tal como relata um pescador-ribeirinho em entrevista.

A água mudou muito fía, ela diminuiu o volume no verão. No verão a gente puxa a água no motorzinho, enchem os baldes todinhos, aí deixa ficar de um dia para o outro pra poder sentar aquele pó, aí cõa num pano para colocar no pote. Dá quase dois dedos de pó no fundo do balde quando a “água senta”, então

aquele sujo ali aumentou demais, já existia, mas era bem pouquinho, e a água fica quente agora. No verão a gente andava de barco no furo, agora, tem que arrastar a canoa pra ver se passa. Eu queria saber por que que seca tanto agora, desses cinco anos pra cá (casal de pescador-ribeirinho, outubro de 2019).

Segundo relato do pescador-ribeirinho, após o barramento do rio a água apresenta elevação da temperatura e aspecto “sujo” com uma grande quantidade de pó na água (Figura 4), ou seja, “os sedimentos que se depositam pela influência do reservatório na montante se denomina depósito do remanso (backwater deposit), em referência ao fenômeno hidráulico, sendo também remontante à medida que aumentam os depósitos nessa área” (MEES, 2008, p. 31). As características descritas na entrevista se assemelham ao processo descrito por Sousa Júnior e Reid (2005), no qual “a formação do reservatório e retificação no curso do rio implica na diminuição da velocidade da água, fazendo com que o ambiente hídrico assuma novas características associadas, por exemplo, as variações térmicas e químicas da água” (SOUSA JÚNIOR; REID, 2005, p. 12).

Figura 4 – Área de depósito de remanso



Fonte: Equipe de pesquisa LEDTAM; TEIXEIRA; ALVES (2019).

Na figura 4 é possível notar a turbidez acentuada da água, remetendo às águas brancas (barrentas) do rio Amazonas. No entanto, as imagens são de um trecho do rio Xingu, um rio de águas claras, em uma área de deposição de sedimentos, alterando a cor

clara do rio Xingu.

Nesse sentido, as observações feitas pelo casal de ribeirinhos-pescadores corroboram com o que Fitzgerald (2018) afirma ao destacar que os efeitos da UHE de Belo Monte foram bem documentados no que diz respeito à redução na velocidade da corrente dentro do trecho represado, levando ao aumento da deposição de sedimentos. A redução da velocidade da correnteza associada às alterações na profundidade, transparência e temperatura da água podem mudar a disponibilidade de recursos para peixes de várias espécies, comuns às corredeiras do Xingu. A esse respeito, o pescador-ribeirinho de uma das ilhas da comunidade de Boa Esperança relata a alteração nas condições de pesca após a construção da UHE de Belo Monte.

Muita coisa mudou lá na Boa Esperança, depois desse empreendimento aí, porque eu sou pescador profissional, vivo da pesca e hoje não dá mais para eu viver da pesca porque o peixe desapareceu, porque lá nós pegava muito peixe. Hoje, não tem mais, o que aconteceu depois que teve a formação do lago, os ribeirinhos e pescadores que pescavam aqui pra baixo, aqui mesmo perto de Altamira, hoje, não pesca mais porque tem muito banzeiro; não tem como você navegar em uma canoa pequena, a água ficou parada, essa água parada o peixe não é acostumado com água parada, peixe aqui do Xingu é acostumado com água corrente, então faltou oxigênio para o peixe ele se deslocou daqui né!? Não temos peixe! Olha, eles colocaram umas plaquetinhas nos peixes: na pirarara, surubim, curimatá, a tracajá mesmo, e foi encontrada uma pirarara lá em Belo Horizonte (comunidade ribeirinha) que fica a três dias de viagem de Altamira, pra você vê que não é mentira da gente, como o peixe migra de um lugar para o outro né?! Por que não fica aqui? Porque não tem oxigênio para ele, o que acontece! Ele se muda para outro lugar né?! As fruta que era para o peixe comer, hoje não tem mais, as árvores morreram tudo, o que a Norte Energia não matou, não tirou do rio, morreu, tá tudo seco, o pacu gosta de uma frutinha verde pra ele pular, comer né! Agora não tem! Secou tudo, morreu tudo, aquelas árvores que jogava fruta para os peixe comer hoje não tem, descia muita fruta aí de cima, hoje não desce porque a água parada aí ela morre ali mesmo, ali onde ela cai ela afunda, porque tem umas espécies de frutas que o peixe não come ela na fartura né!, que nem a capoeirana, quando é no inverno o peixe não quer ela não, então o que acontece, ela cai muito dentro do rio, aí ela abre e vai pro fundo, quando chega esse tempo (verão amazônico) que não tem fruta para comer, vai lá no fuisco comer ela. Isso não tá acontecendo mais, então porque que nós diz que tamo impactado pela obra? A Norte Energia “ah o lago não vai até lá”, mas a represa vai! E quando eles abrem lá o rio vaza e aqui seca, e quando eles prendem lá a água aqui aumenta, então o rio tá controlado pelo empreendimento, o peixe não acostuma com isso! O peixe é acostumado com vazante e enchente (inverno e verão amazônico) (Pescador-ribeirinho, outubro de 2019).

O pescador profissional, autorizado pelo IBAMA desde 1976, a captura de espécies, antes típicas do Xingu, desapareceu devido à migração de espécies para áreas mais distantes, isso devido à falta de oxigênio na água. Morelli (2010) explica que as águas paradas nas regiões de clima quente apresentam deficiência na oxigenação, ocasionada pela solubilidade de oxigênio na água que diminui com o aumento da temperatura, aliado ao aumento da sedimentação. A turbidez da água também se condiciona como fator para a

diminuição da taxa de oxigênio. Essas mudanças influenciam na produção pesqueira da região, tal como explana o pescador-ribeirinho de umas das ilhas da comunidade de Boa Esperança:

O rio tá desse jeito que eu tô mostrando pra vocês, onde nunca tinha secado tá seco agora (...). Aí, a Norte Energia indenizou o pessoal lá de baixo e agora eles tão vindo tudo pra cá (Boa Esperança), quero que você veja como está lá no furo do prego, cheio de gente pescando... agora o nosso lugar que é do tamanho de um ovo, aí o peixe desapareceu tudo, moça, esse é o problema! Aqui o pescador era contado antes, era só daqui... (...). A água agora é suja de mais e o cabra têm que coar pra poder beber que é suja de mais. Sempre teve esse pó na água, só que antes corria, agora a água fica parada. E cada ano tá secando mais! Aí, se você vai tomar banho no rio tem que se lavar depois, com a água dos baldes que já sentou, porque senão fica se coçando todo. E a água tá quente, acho que se pegar um açaí e colocar nessa água amolece, porque está muito quente, a água não corre. A cada ano tá secando mais, no verão, aqui na frente de casa a gente passava de barco, agora tem que arrastar a canoa. Agora é um sofrimento ir em Altamira porque tem que arrastar a canoa nesses furos que estão muito seco, aí a gente fica muito dolorido de tanto fazer força para passar nas pedras (Pescador-ribeirinho, setembro de 2019).

Segundo o pescador-ribeirinho, além do problema do aumento de sedimentos e do aumento da temperatura da água, que chega a ser comparada à água com que se prepara o açaí³, alguns paranás-mirins chamados de furos pelos pescadores-ribeirinhos passaram a secar totalmente a cada verão amazônico, dificultando a navegação dos pescadores, sobretudo nas viagens realizadas a Altamira, centro econômico da região do baixo Xingu. No período do verão amazônico, a navegação torna-se mais difícil, sendo que em alguns trechos os pescadores necessitam puxar sua canoa para passar pelos “pedrais”, afloramento rochoso ao longo do rio.

De acordo os moradores, esses percalços passaram a ocorrer após o barramento do rio, uma vez que os paraná-mirins passam a secar cada vez mais (Figura 5) após a construção da UHE de Belo Monte. Contudo, esse fenômeno pode estar relacionado à localização em área de remanso e corredeira, fazendo com que a comunidade sofra influências de barreiras naturais no trecho do rio acima e áreas de remanso em alguns paranás-mirins.

³ No processo de preparo do suco ou vinho de açaí, as comunidades tradicionais, após retirarem o cacho do alto da árvore e os caroços dos frutos, colocam as sementes (os caroços) em um recipiente com água morna para amolecer a polpa endurecida nesses caroços.

Figura 5 – Trecho de um paraná-mirim que passou a secar no período do verão amazônico, após barramento do rio Xingu



Fonte: Equipe de pesquisa LEDTAM; TEIXEIRA; ALVES (2019).

Na foto obtida em campo é possível notar um dos canais de navegação formados por afloramentos rochosos, no período do verão amazônico, que fica quase totalmente seco em alguns paranás-mirins, dificultando a navegação dos pescadores-ribeirinhos que precisam fazer um enorme esforço físico para passar por esses obstáculos naturais, nesse período. A comunidade de Boa Esperança é produto e produção de um lugar marcado pelas dinâmicas globais e relações locais de produção do espaço.

A COMPLEXIDADE HORIZONTAL DO LUGAR

A multiplicação de ações realizadas no espaço global faz da Comunidade de Boa Esperança um campo multicomplexo de forças e de ações de elementos do espaço como homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofundam as relações de cada um com o sistema mundo (SANTOS, 2014).

As relações socioespaciais que se desencadeiam na Comunidade de Boa Esperança, a partir das ações e dos elementos do espaço global que evidenciam as relações do cotidiano e as disputas de forças contraditórias, emergem com as centralidades dos processos e se intensificam no lugar. Segundo Massey (2000), a identidade do lugar é múltipla. Essas identidades podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito, ou de ambas.

Nessa perspectiva, a Comunidade apresenta características de conflitos e disputas territoriais, que sempre estiveram presentes no lugar, nos seus variados períodos, ocasionados pelos contextos econômicos, culturais ou individuais, pois o lugar apresenta contrastes que decorrem do seu sentido global de lugar. Massey (2000) aponta que o lugar não pode ser interpretado e percebido a partir de sua história internalizada.

É nessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é a história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular (...) (MASSEY, 2000, p. 184).

Nesse sentido, a comunidade de Boa Esperança apresenta um quadro de relações sociais de produção de novas formas de conceber o lugar. No entanto, essas novas formas não são reflexos apenas de suas histórias internalizadas, como o conflito pela busca do pescado, que se impõe no lugar, em decorrência das alterações sociais e ambientais provocadas pela UHE de Belo Monte.

Na atualidade, a pesca caracterizava a principal atividade de renda das famílias e, durante a pesquisa, os moradores das ilhas destacaram a diminuição do pescado. Antes do barramento, as famílias faziam em média 200 kg (duzentos quilos) de pescado; com o barramento do rio, a produção diminuiu para 10 kg de pescado por semana. Atrélam essa diminuição ocasionada às mudanças ocorridas no ambiente natural e ao aumento significativo de pescadores oriundos de outras regiões do rio, pescando na área das ilhas da comunidade.

A pressão sob o recurso pesqueiro aumentou na área das ilhas devido, na área do lago próximo a cidade de Altamira, ter ocorrido a diminuição significativa das espécies mais comercializadas. Os pescadores-ribeirinhos dizem que o pescado na área do reservatório praticamente desapareceu.

Antes só pescava nós daqui, agora tem um monte de pescador lá de baixo, porque lá acabou tudo (reservatório) e da rua (cidade). Aí não tem condição, porque eles usam rede bem pequena e pega tudo quanto é peixe, seja grande ou pequeno. Aí fica difícil, eles vem pescar no nosso porto, não respeita nada, e nós não pode falar nada, porque ninguém conhece essas pessoas, não sabe o que elas podem fazer, né?! (Pescador-ribeirinho, 2019).

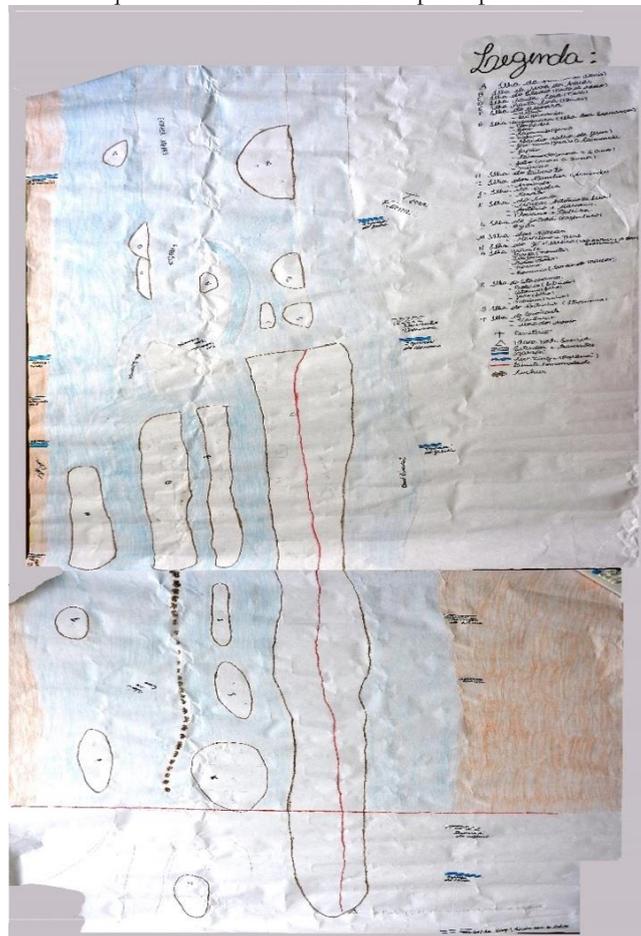
Evidencia-se, no trecho da entrevista, a tensão e o conflito nas áreas de pesca, fazendo com que as disputas de forças não se estabeleçam apenas com o empreendedor por reconhecimento do *status* de atingidos pela barragem, mas também pelas múltiplas formas de interesses que caracterizam o lugar, pois os pescadores que passaram a subir o

rio em busca de pescado também são afetados, em certa medida, pelas escalas e proporções do desenvolvimento global sobre o lugar. Neste aspecto o conflito é registrado entre os pescadores-ribeirinhos, que apresentam familiaridade com o lugar devido à relação de morada e de vida, e os pescadores que avançam sobre o território de pesca na perspectiva da exploração do recurso, sem vínculo ou sentimento de pertença.

Essas relações podem ser observadas com a produção do croqui da comunidade (Figura 6). No desenho os pescadores-ribeirinhos revelam as suas relações de pertencimento, cotidiano, vizinhança e as disputas de forças pelas praias fluviais, ilhas e paranás em que a comunidade está firmada.

A praia sinaliza o conflito entre a forma em que esta área é concebida pelos moradores e pelos pescadores e pelos banhistas de “fora”, pois, com a influência do lago, a navegação foi facilitada e todos conseguem navegar mais facilmente pelos paranás antes muito mais rochosos e os pescadores e banhistas de outras regiões sobem o rio Xingu pelo canal sinalizado pela Norte Energia e assim adentram os portos dos pescadores-ribeirinhos da Comunidade Boa Esperança, causando conflitos pela forma como estas áreas são usadas.

Figura 6 – croqui da comunidade elaborada pelos pescadores-ribeirinhos



Fonte: Pescadores-ribeirinhos, 2019.

Por esses elementos, considera-se haver complexidade horizontal, dada pela vida de um grupo em um lugar na sua interdependência homóloga da solidariedade na defesa da forma como aquela população está imposta no espaço, com suas práticas cotidianas, que tornam comuns os seus interesses e, por consequência, a sua ação política, pois é a partir das suas dificuldades em comum que estes pescadores-ribeirinhos se organizam e reivindicam o status de atingidos pela barragem de Belo Monte.

Deste modo, entende-se a Comunidade Boa Esperança como lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, na qual o cotidiano é definido pelas relações do grupo com o lugar, os conflitos e as tensões locais, resultado da demanda por energia mais barata para a produção industrial do mercado global, que influencia na tensão entre pescadores, banhistas e moradores da comunidade de Boa Esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço global é regido por um regime de acumulação, fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo que, ao mesmo tempo, contém o mundo no lugar e o lugar no mundo, pois “cada lugar é, a sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2014, p. 314). Portanto, o processo de produção no espaço, contraditoriamente, produz novos espaços, partindo da individualidade e da particularidade de cada lugar no mundo, impondo as questões do lugar em uma posição central das demandas por melhorias na vida das populações locais, tal como os pescadores-ribeirinhos reivindicam na comunidade de Boa Esperança.

A ordem global da UHE de Belo Monte materializou no lugar forças e fluxos de ordem externa à cotidianidade das populações que habitam as ilhas do Rio Xingu, provocando alterações sociais e ambientais que requalificaram a existência do lugar.

O sossego e a tranquilidade faziam parte dos dias dos moradores das ilhas, no entanto, com o barramento do rio e o fim das praias próximas à área urbana de Altamira, banhistas e pescadores passaram a subir cada vez mais o rio, distanciando-se da cidade em busca do pescado e de novas áreas de lazer, dando outro sentido às ilhas e, por conseguinte, entrando em conflito com a forma de se conceber esses espaços pelos moradores do lugar.

Com o argumento de que se demanda mais energia, a consequente construção da Hidrelétrica de Belo Monte modifica o ambiente e provoca impactos na vida dos moradores das ilhas, interferindo diretamente no seu cotidiano e na sua própria forma de existência. Existir, enquanto ribeirinho e pescador, torna-se cada vez mais difícil. Primeiro

porque as ilhas estão sofrendo mudanças, em períodos de verão amazônico, a seca; ou o baixo nível da água nos paranás e furos dificulta o uso do recurso, pois as casas tornam-se distantes do rio e a quantidade de sedimentos em deposição torna o consumo da água para os seus diversos fins cada vez mais impróprio. Segundo, pela falta do peixe no rio, pondo os pescadores em crise econômica e psicológica, pois o pescador sem poder pescar perde seu sentido de existência.

REFERÊNCIAS

ALVES, F.; CORNETTA, A.; GONCALVES, A. C. O.; BARBOSA, L. J. G. Médio Xingu. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. v. 1, p. 199-274.

ANDRADE, G. O. Furos, paranás e igarapés: análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico. **Revista Geográfica**, v. 22, n. 48, p. 03-36, 1958.

ANTUNES, A. P. **Um século de caça comercial na Amazônia**. 2015. 123 f. Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, Manaus, 2015.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente**. Disponível em : <<http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte#wrapper>>. Acessado em: 15 out. 2019.

CHAVES, L. H. G.; TITO, G. A.; CHAVES, I. de B.; LUNA, J. G.; SILVA, P. C. M. Propriedades químicas do solo aluvial da Ilha de Assunção – Cabrobó, PE. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa-MG, v. 28, n. 3, p. 431-437, 2004.

CRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

FAINGUELERNT, M. B. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 245-264, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0259R1V1922016>>. Acesso em: 14 set. 2019.

FITZGERALD, D. B. [et al.]. Diversity and community structure of rapids-dwelling fishes of the Xingu River: implications for conservation amid large-scale hydroelectric development. **Biological Conservation**, v. 222, p. 104-112, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biocon.2018.04.002>>. Acesso em: 14 set. 2019.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 16, p. 141-156, 2013.

ICMBio. Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista Rio Xingu. Altamira, PA: ICMBio, 2012.

M.A.A. EMBRAPA. As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônia. Belém: EMBRAPA, 1997. 117 p. (EMBRAPA Amazônia oriental, documento 93)

MARIN, R. E. A. Visão histórica da região do Rio Xingu: economia e diversidade étnica. **Papers do NAEA** (UFPA), v. 1, p. 1-23, 2010.

MEES, A. A. A. **Caracterização das solicitações hidrodinâmicas em bacias de dissipação por ressalto hidráulico com baixo número de froude**. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins (Paris)**, v. 1, n. 28, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11284>>. Acesso em: 14 set. 2019.

MORELLI, M. M. **Avaliação Energética e Emergética de Usina Hidrelétrica – Estudo de Caso: Complexo Hidrelétrico de Belo Monte - Rio Xingu**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PEREIRA, A. R. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **Clio. Série História do Nordeste** (UFPE), v. 2, p. 5, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEMA-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. **Diagnóstico ambiental, socioeconômico e fundiário para criação de Unidades de Conservação de proteção integral e uso sustentável “Tabuleiro do Embaubal” – Município de Senador José Porfírio, Pará**. Belém: SEMA-PA, 2013. v. 2.

SILVA, J. P.; RODRIGUES, C. Morfologia fluvial como indicador de geodiversidade: exemplos de rios brasileiros. **Revista de Geografia** (Recife), v. 2, p. 220-235, 2011.

SOUSA JÚNIOR, W. C.; REID, J. Energia na Amazônia: o complexo hidrelétrico do Xingu. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 6., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: EcoEco, 2005.